

# ACTAS VIII

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO  
FACULDADE DE LETRAS  
12 - 18 OUTUBRO  
1993



# 1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
1995

**S.P.A.E.**  
S O C I E D A D E  
P O R T U G U E S A D E  
A N T R O P O L O G I A  
E E T N O L O G I A



TRABALHOS DE  
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXV (Fasc. 4)

**1.º CONGRESSO DE  
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

**(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)**

**A C T A S**

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

**Capa:** Rocha gravada de Penascosa, Castelo Melhor (Rio Côa)  
(Paleolítico Superior) (Foto: Vítor O. Jorge)

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
1995

## A DEFESA DO SANTUÁRIO DE ARTE RUPESTRE DO CÔA, IMPERATIVO CULTURAL DO POVO PORTUGUÊS\*

por

**Vítor Serrão\*\***

1. Passando à margem de todo o processo de desinformação, de contra-informações de redutor sensacionalismo e de pura demagogia em que a gestão cavaquista envolveu a descoberta das gravuras do Côa, e que alimentou páginas e páginas da imprensa escrita e amplos tempos de antena da informação televisiva, o conjunto do *Santuário de Arte Rupestre do Vale do Côa* tem necessariamente de ser encarado como a magna descoberta científica da História portuguesa do nosso século.

Acima de um preocupante nível de mediocracia revelada quer por acéfalas paixões pró-barragistas quer, também, por mal equacionados «fundamentalismos patrimoniais» (pois de tudo existiu um pouco num percurso muitas vezes a resvalar para o não-senso...), o dado incontestável que reverte para o terreno da Ciência é o reconhecimento da excepcional valia artística dessas duas centenas de conjuntos composicionais gravados, desde há duas dezenas de milhar de anos, que se distribuem ao longo de vinte e três quilómetros do rio Côa e de algumas das ribeiras adjacentes nas plataformas dos afloramentos de xisto das suas margens. Trata-se de uma descoberta que transcende o âmbito nacional, que dignifica o esforço interdisciplinar de arqueólogos, etnógrafos, historiadores de arte, geólogos, e também de autarcas, deputados, professores, estudantes e a opinião pública esclarecida no seu conjunto, movidos pela preservação de um sítio e pelo repúdio da barbárie, que congregou neste caso, como sempre, as forças mais reaccionárias da sociedade portuguesa.

A defesa dos valores essenciais de uma cultura específica transcende sempre os limites partidários e as fronteiras de um país. Não é propriedade da Esquerda, com frontalidade o reconhecemos, mas é à Esquerda, efectivamente, que a consciência deste combate melhor se equaciona com códigos indissolúveis da instância social.

---

\* Texto a publicar na revista *Cadernos de Intervenção*, 1, 1996.

\*\* Historiador de arte. Professor da FLUL.

Convém não esquecer, quinze meses passados sobre o seu anúncio público, as atitudes mais do que dúbias da anterior gestão do IPPAR face à descoberta, os relatórios de arqueólogos perdidos no pó das gavetas do poder do PSD, os esforços de maquiavélica desinformação promovidos pelo ex-ministro Mira Amaral e outros sectores da governação cavaquista, a larga acção de demagogia concertada promovida por alguns sectores da EDP junto dos «media» no sentido da desvalorização dos achados arqueológicos (através dos pseudo-«científicos» relatórios Bednarik e Watchman, alvo de total descrédito), etc., etc.

A batalha parece, para já, ganha: nasceu e autonomizou-se, no seio do nóvel Ministro da Cultura, o Instituto Português de Arqueologia, velho anseio dos técnicos de sector, articulam-se os princípios de candidatura do santuário pré-histórico a Património Mundial junto das instâncias da UNESCO, surgem alternativas credíveis à barragem no vale do Sabor (com funções idênticas de armazenamento de água), esquematizam-se acções concretas para o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa com princípios orientadores que, convém recordar, correspondem aos que o P.C.P. já antes esboçara como necessidade premente para uma tão depauperada região carecida de infraestruturas como é esta da raia beirã-transmontana, e que apontam à criação/manutenção de postos de trabalho, dignificação de populações desde sempre alvo de «tratamento de segunda», etc, etc.

A este nível, e só a este, se pode falar com propriedade de *compatibilização*: o Património Cultural não é um reservatório de coisas mortas, antes e sempre (ao contrário do que defendeu a incultura cavaquista) reservatório de *memórias essenciais* e *factor de progresso e desenvolvimento do nosso povo*.

2. A arte rupestre do Côa — e falamos com conhecimento de causa, já que tivemos o privilégio de integrar algumas das duríssimas campanhas de reconhecimento e registo das gravuras, orientadas pelos arqueólogos António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes — assume apetências e contornos de Património Mundial. Atrévemo-nos mesmo a afirmar que, desde 1882 (com a ocasional descoberta dos Painéis de São Vicente, de Nuno Gonçalves, uma das obras-primas da arte europeia do *Quattrocento*), não mais ocorrera neste país um achamento tão relevante da nossa memória patrimonial como é o conjunto de petróglifos do Côa!

O verdadeiro milagre concentra-se no carácter *sagrado* de um vale que, durante milhares de anos, se preservou íntegro, guardando em si o valor simbólico de sucessivas gerações de caçadores-recolectores, de sociedades de agricultores, pescadores e camponeses, de ocasionais viajantes fluviais, todos eles respeitando o sentido identitário e cultural de um espaço sempre entendido na globalidade dos seus valores orográficos, paisagísticos e de transcendência religiosa. Por isso que o contexto excepcional desse conjunto de «arte de ar livre», datável numa primeira fase da época solutrense-magdalense, foi sempre entendido como *lugar sagrado*, e mereceu a

atenção comovida de gerações cíclicas que prosseguiram o hábito de gravações nas plataformas roqueiras, tanto na Idade do Ferro como mesmo em «tempos históricos» — vejam-se as Custódias em louvor do Santíssimo Sacramento, algumas delas datadas (1630, 1641, 1697, etc.) que enriquecem o núcleo da Canada do Inferno e da Penascosa e que devem ser entendidos como uma *devolução cristológica* ao sentido cultural de um indiscutido espaço de características heliofânicas) —, sem esquecer outras de cronologia mais recente («graffiti» de pescadores e de pastores) que, longe de adulterarem o espírito do lugar, melhor acentuam esse eterno sentido de cultuação dos elementos naturais.

É por tudo isto que o património artístico do Côa se não esgota nas gravuras paleolíticas que encerra, e se estende, afinal, à majestosa grandiloquência desse vale que as vicissitudes do tempo e dos homens preservaram incólume até ao arranque das obras da EDP com a polémica barragem. Não fazia sentido, pois, qualquer «terceira via» de compatibilização entre o que é incompatível, sem falar já no escândalo que seria a mutilação e transposição de alguns dos espécimes gravados (como propunha o plano Mira Amaral), e se impunha portanto uma firme acção do Estado (entendido a este nível como um servidor do produto cultural) no sentido da firme preservação do complexo rupestre.

Os comunistas portugueses, em conformidade com os seus princípios de sempre, à luz do conceito alargado que têm de *acção cultural como factor determinante de transformação* e de uma avaliação sobre o que entendem ser a defesa intransigente dos valores memoriais e identitários do nosso povo, assumiram este debate como imperativo nacional contra a mediocracia, inscrevendo no seu programa eleitoral propostas concretas para a salvaguarda deste conjunto único do Património da Humanidade. Recorde-se o que se diz no Programa Eleitoral do P.C.P.: «promoção urgente (...) da defesa do conjunto de arte rupestre do vale do Côa, promovendo a sua classificação como Património Mundial e criando um Parque Arqueológico e Natural que potencie o excepcional interesse do sítio como factor de desenvolvimento da região e projecção cultural do País».

3. É da maior importância lembrar que o complexo rupestre e natural do Côa se impõe como um *unicum* no quadro da arte pré-histórica subsistente no planeta. Assim, cabe ao Estado português avançar para além das boas intenções corajosamente expostas e viabilizar as bases de uma Área de Paisagem Protegida que esteja apta a unificar (como sucedeu no complexo de arte rupestre italiana de Vale Camonica, com os resultados de desenvolvimento que se conhecem) pesquisa científica, dinamização regional, promoção turística e preservação ambiental, abrindo-se número considerável de postos de trabalho, na certeza de que um conjunto arqueológico como este será, durante muitos anos, laboratório vivo de métodos de pesquisas sem fim, escavações sistemáticas, congressos regulares para a comunidade arqueológica internacional,

num processo que, no fim de contas, envolve e dinamiza toda a comunidade e, em primeira instância, toda a região.

A contemplação de um painel como a grande rocha com equídeos associados de estilo sub-naturalista da foz da ribeira de Piscos, uma das mais celebradas gravuras da arte do Côa, revela-nos por si só como, ao valor intrínseco do sítio como estaleiro arqueológico paleolítico, se associa o da exemplar qualidade estilística dos artistas-pastores de há 20.000 anos, facto que nos transporta para o terreno da mais afectiva, sensual e operante História da Arte — testemunho de um mundo de referências ideologicamente comprometidas com modos de vivência onde práticas mágicas, rituais de culturação holiofânica e crenças na força dos elementos vitais se entrecruzam. As pinturas e gravuras da recém-descoberta Gruta paleolítica de Chauvet (e lembremos, a propósito, que na imprensa francesa nem um grão de polémica sobre a sua autenticidade transpareceu) constituem um paralelo crono-estilístico para o conjunto do Côa onde a técnica de gravação por desbaste de ponteiro pétreo segundo o método litostíctico não deixa lugar a dúvidas quanto à sua ancianidade.

## O «DRAMA» DA ÁGUA, MALTHUS E O CLUBE DE ROMA

por

**Nuno Ribeiro da Silva**

Nos anos mais recentes os problemas ligados à água têm vindo a «transvasar» para a comunicação social e a opinião pública em geral.

Naturalmente que a questão da água e da sua gestão há muito que é discutida pelos especialistas e profissionais da matéria nos *fora* profissionais. Um conjunto de factores levou recentemente a este «baldear» para fora dos gabinetes dos técnicos, hipersensibilizando os cidadãos para o problema da alegada escassez de água e da sua qualidade.

A esfera política responde a esta «preocupação popular» começando a pronunciar-se sobre a matéria e a agendar pontos relativos à água em Conselhos de Ministros e em reuniões internacionais.

A discussão sobre a gestão de água não é nova.

Diria que é tão antiga como o Homem...

Obviamente que nos sítios onde a escassez é maior, o debate tem mais tradição e a «necessidade aguçou os engenhos» mais cedo.

Porque este pico no debate sobre o assunto?

Será que existem condições objectivas estruturalmente diferentes às da década de 80, por exemplo, onde o tema da água não alcançou a projecção pública de agora?

Curiosamente as populações são mais sensíveis à «falta de água» do que à qualidade dos recursos hídricos. No entanto, o que se poderá dizer é que a grande mudança objectiva e sensível que se vem fazendo sentir, pelo menos na última década, é a da degradação qualitativa dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos.

Claro que é sabido que a qualidade e quantidade têm forte correlação e que os últimos anos têm sido anos de precipitação anormalmente baixa. Mas, quantos «ciclos de seca» não tem havido nas últimas décadas?

O outro dado sensível para animar a atenção da opinião pública tem sido o célebre Plano Hidrológico Espanhol (PHE). Aqui está uma boa razão para o